AVALIANDO A EDUCAÇÃO RURAL EM UM MUNICÍPIO PARAIBANO

Apresentação: Comunicação Oral

Rosélia Maria de Sousa Santos¹; José Ozildo dos Santos Segundo²; Vanessa da Costa Santos³; Leandro Machado da Costa⁴; José Ozildo dos Santos⁵

Resumo

Trata-se exploratório, através do qual procurou avaliar o desenvolvimento da educação rural no município de Teixeira, Estado da Paraíba. Verificou-se que durante muitos anos a educação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um 'modelo importado' da educação urbana e ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das oligarquias rurais e das oligarquias agrário-industriais e que somente a partir de 1934 foi que a educação rural passou ser assistida e valorizada. Na década de 1960, o sistema formal de Educação Rural sem condições de autossustentação, quer pedagógica, quer administrativamente, quer financeira, entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos. Entretanto, a atual Lei de Diretrizes e Bases, promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado. No que diz respeito aos dados colhidos na presente pesquisa, estes se mostram conflitantes, de forma que os professores que atuam na zona urbana têm um entendimento bastante divergente das opiniões defendidas pelos professores que promovem a educação no meio rural. Enquanto que os primeiros acham que a educação rural no município de Teixeira-PB caracteriza-se como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio onde se desenvolve, embora se apresentando de forma positiva, os educadores que atuam no meio rural acham que a educação rural no seu município é um processo atrasado. Assim, quando se analisa os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, esses mesmos dados revelam opiniões completamente opostas, o que leva a concluir-se que quem de perto vivencia os problemas relacionados à educação rural conhecem suas dificuldades, sabem de suas limitações e entendem que as propostas até agora apresentadas não trouxeram contribuições positivas ao desenvolvimento dessa modalidade educativa.

Palavras-chave: Educação Rural, Desenvolvimento, Avaliação.

Introdução

Vários estudos mostram que a educação destinada às classes populares do campo, sempre vinculou-se a um modelo importado da educação urbana e que ao mesmo tempo esteve a serviço do interesse das elites brasileira. E, que por essa razão vem se mostrando improdutivo, não apresentando um ensino conectado com o meio onde se desenvolve, faltando-lhe contextualização e recursos pedagógicos para se produzir uma aprendizagem significativa. Assim, pode-se observar que o ensino rural no país, sempre enfrentou sérias dificuldades, seja no sentido de não ser voltado

¹ Licenciatura em Letras, IFPB, E-mail: rosaliasousasantos@hotmail.com

² Licenciatura em Pedagogia, UFRN, E-mail: ozildosegundo@hotmail.com

³ Letras, IFPB, E-mail: nessacosta1995@hotmail.com

⁴ Agroecologia, IFPB, E-mail: leandropl@hotmail.com

⁵ Mestre, Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: jose.ozildo@ufcg.edu.br

para as necessidades agrárias, ou por não vincular o homem ao campo, que seu meio de produção e de sobrevivência.

No contexto atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação apresenta uma nova educação rural para o Brasil. Estruturada a partir das determinações contidas na Constituição Federal de 1988, a mencionada lei, além de fixar os currículos para a zona rural, estabelece que cada aos municípios promover o mapeamento escolar, estabelecendo critério ampliação e a interiorização da rede escolar.

Calazans et. al. (1991) afirma que até o presente, no Brasil, a educação rural ainda não recebeu o devido tratamento e que por isso constitui uma educação deficitária e de certo, improdutiva.

Por outro lado, para atingir os objetivo traçados para a presente pesquisa, promoveu-se, inicialmente, uma revisão de literatura sobre o tema, para em seguida apresentar os resultados colhidos através da pesquisa de campo e comentá-los à luz da literatura especializada. A presente pesquisa tem como objetivo avaliar o desenvolvimento da Educação Rural no município de Teixeira, Estado da Paraíba. Para compreender melhor a problemática do buscou-se fundamentos numa literatura que enfoca a temática do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No início da década de 1950, com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, instituiu-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), sob a orientação dos organismos internacionais. Diversas missões se instalaram em pequenas comunidades do interior do país e passaram a desenvolver ações voltadas para a educação dos adultos analfabetos (LEITE, 2002).

De acordo com Paiva (1987), o objetivo da CNER era contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural, despertando nele o espírito comunitário, a ideia, o valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo.

Acrescenta ainda Paiva (1987) que as atividades da CNER tiveram dois pontos de apoio: as missões e os centros rurais de treinamento destinados a professores leigos, e à preparação dos filhos dos agricultores para atividade agrícola.

De acordo com Leite (2002), além da CNER, foram instituídos os seguintes programas também voltados para a melhoria da educação rural, no Brasil: a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR); o Centro de Treinamento; Semanas Ruralistas; os Clubes Agrícolas; o Serviço Social Rural (SSR); e a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR, hoje EMATER);

No entanto, observam Calazans et. al. (1991), que na implantação destes programas não foram levadas em consideração às especificidades de cada região, ou seja, não houve estudos ou pesquisas que apontassem as reais necessidades e os problemas enfrentados por cada região a ser beneficiada, E, por essa razão não obtiveram os resultados esperados.

Durante as décadas de 1960 e 1970, outros programas de atendimento à carência rural foram implementados. Nesse período, registrou-se a divulgação dos chamados Planos e Projetos sobre a Educação Rural. Entretanto, por continuarem na mesma lógica dos anteriores, seus resultados não foram menos desastrosos (CALAZANS et. al., 1991).

Dos projetos da CNER surgiram a Campanha da Educação de Adultos e as Missões Rurais de Educação de Adultos. Contudo, a filosofia dessa Campanha era a repetição de formulas tradicionais de dominação, uma vez que ela trouxe à tona, em suas discussões, os mecanismos verdadeiros da problemática rural.

A primeira lei que fixou as Diretrizes da Educação no Brasil (Lei nº 4.024/1961) foi omissa em relação à educação rural, uma vez que a maioria das prefeituras municipais do interior era desprovida de recursos humanos e, principalmente, financeiros (SOUZA, 2006).

Diante disto, na década de 1960, o sistema formal de Educação Rural sem condições de auto-sustentação, quer pedagógica, quer administrativamente, quer financeira, entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos.

De acordo com Calazans et al. (1991), naquela década, muitos movimentos populares se consolidaram, na tentativa de promoverem uma educação voltada para as reais necessidades das camadas menos favorecidas, especialmente, a rural.

Observa ainda Romanelli (1986), que a ditadura militar, no intuito de criar mecanismos sociais e políticos para a obtenção dos seus propósitos e, principalmente, para a manutenção da ordem, promulgou a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/71), que, teoricamente, abriu espaços para a Educação Rural.

No entanto, na visão de Maia (1982), a referida lei estava distanciada da realidade sócio-cultural do campesinato brasileiro e assim, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais nem mesmo cogitou possíveis direcionamentos para uma política educacional destinada, exclusivamente, aos grupos campestres.

Após a promulgação da Lei nº. 5.692/71, deu-se a municipalização do ensino rural, tendo por retaguarda administrativo-financeira projetos como o Pólo Nordeste, o PRONASEC, o PROMUNICÍPIO e outros mais, que, ao subsidiarem os órgãos municipais de educação (OME), exigiram deles uma organização mais apurada do processo, principalmente no que diz respeito não só ao cadastramento das escolas e professores, mas também ao acompanhamento e distribuição de

merenda escolar e a um diagnóstico do município em relação à escolaridade nas comunidades rurais.

Afirma Demo (1997), que a atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo desurbanizado.

A partir da Lei 9.394/96, a educação rural não se limita mais ao modelo urbano/industrial, como ocorreu nas décadas de 1960 a 1980. A sustentação de escolaridade proposta pela referida lei, encontra-se na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e da práxis rural e, primordialmente, no sentido da ação política dos rurícolas. No entanto, a falta de uma política direcionada para a real caracterização adequada da escola rural, no Brasil, tem contribuído para a má qualidade da Educação rural.

De acordo com Calazans et al. (1991), o referido problema se agrava ainda devido, os seguintes fatores: a baixa qualidade de vida no campo; a carência de material escolar quer seja para o aluno, quer seja para o professor; a desvalorização da cultura rural; a falta de orientações técnicas e acompanhamento pedagógico; e a infiltração da cultura urbana no meio rural, aliada a permanência de currículos inadequados.

Deve-se ressaltar que a Constituição Federal de 1988, proclama a educação como direito de todos e dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Deste modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministradas em qualquer parte do país (DEMO, 1997).

Desta forma, quando a Constituição Federal estabeleceu, no art. 62, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), mediante lei específica, reabriu a discussão sobre educação do campo e a definição de políticas para o setor.

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo descrito com descritivo com uma abordagem qualitativa, realizado no município de Teixeira, no Estado da Paraíba, tendo como campo de pesquisa duas escolas públicas, sendo uma localizada na cidade e a outra na zona rural.

Da presente pesquisa participaram professores e alunos. No que diz respeito aos docentes, a população foi composta por 25 professores, que exercem suas atividades docentes na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sebastião Guedes da Silva, localizada na cidade de Teixeira, Estado da Paraíba, e, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Aniceta

Nunes Leite, localizada na comunidade rural São Francisco, que possui 15 professores. Para esse segmento, a amostra foi constituída por 20 professores, que estavam presentes no dia da coleta e que aceitaram participar da pesquisa, sendo 10 na unidade escola da zona urbana e 10 na escola selecionada no meio rural.

A coleta dos dados ocorreu durante o mês de maio de 2016, por meio da aplicação de questionários previamente elaborados, composto por questões subjetivas, elaboradas de acordo com os objetivos propostos pela presente pesquisa e dirigido aos professores das mencionadas escolas. Os dados foram analisados quantitativamente através do modelo descritivo e apresentados em forma de gráficos para subsidiar a discussão dos resultados, com respaldo na literatura pertinente ao tema em questão.

Resultados e Discussão

Inicialmente, procurou-se saber dos professores entrevistados como se caracteriza a educação rural em seu município. Os dados colhidos com esse questionamento foram apresentados no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Distribuição da amostra quanto à opinião sobre como se caracteriza a educação rural no município de Teixeira, Paraíba

Analisando os dados contidos no Gráfico 1 verifica-se que de acordo com 30% dos professores entrevistados, que exercem suas funções na zona urbana, a educação rural desenvolvida no município de Teixeira, Estado da Paraíba se caracteriza como sendo processo bastante desenvolvido; 50% afirmaram que trata de um processo atrasado e 20% consideram como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio.

Em relação aos dados colhidos juntos aos professores que exercem suas funções no meio rural, a educação rural desenvolvida no município de Teixeira-PB, sendo 70% destes professores é

caracterizada como sendo processo atrasado. No entanto, 30% acham que trata-se de um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio.

Na concepção de Leite (2002, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

Noutras palavras, a educação rural ainda não recebeu a devida atenção por parte do poder público e isto que contribuiu para a mesma se constitua num processo atraso e sem nenhuma vinculação ou quase nenhuma vinculação com o próprio meio onde é desenvolvida. Tem-se que reconhecer que todo este processo histórico contribuiu para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada realmente para o meio rural.

Num segundo momento, procurou-se saber dos entrevistados se o professor que atualmente atua no meio rural, encontra-se realmente qualificado para promover uma educação de qualidade. As respostas oferecidas a esse questionamento foram transformadas em dados e apresentadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição da amostra quanto ao fato do professor que atua no meio rural encontra-se capacitado ou não para promover bem a educação rural

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, 70% dos professores que atuam na zona urbana, acham que os professores que atuam na zona rural não se encontram realmente qualificados para promover uma educação de qualidade, 30% acreditam que tais professores possuem condições de bem exercerem suas funções. No entanto, quando se analisa os dados colhidos junto aos professores que diretamente promovem a educação rural, verifica-se que 90% entendem que estão realmente qualificados para desempenharem suas funções. Os demais (10%) acham que não estão ainda qualificados para promoverem uma educação rural de boa qualidade.

Na opinião de Manfio e Pacheco (2006), a educação rural deixaria de ficar “silenciada no currículo” se houvessem educadores mais preparados, mais comprometidos com a educação, com o desenvolvimento cultural dos alunos.

É oportuno destacar que a deficiências registradas na Educação rural não são somente relacionadas à qualificação do docente. Existe várias outras falhas registradas que dizem respeito aos conteúdos e às estruturas do ensino. No que diz respeito à qualificação do docente, este problema vem sendo gradativamente superado pelas determinações impostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que exige, que todos os professores para atuar em sala de aula, tenham formação superior.

Num terceiro momento, perguntou-se aos professores entrevistados como eles acham que deve ser a educação do campo. O Gráfico 3 apresenta dos resultados colhidos através desse questionamento.

Gráfico 3 - Distribuição da amostra quanto à opinião sobre como deve ser a educação do campo

Analisando os dados apresentados no Gráfico 3, verifica-se que segundo 60% dos professores que atuam na área urbana, acham que a educação do campo deveriam ser sempre inovador e contextualizadas; os demais, em duas parcelas de 20% entendem que esta deve privilegiar questões ambientais e sociais, e, condicionar-se ao meio rural, focalizando seus problemas.

Entretanto, na concepção dos professores que desenvolve o processo educativo no meio rural, a educação rural, para 10% destes participantes, deve ser sempre inovadora e contextualizada;

20% entende que a mesma deve privilegiar questões ambientais e sociais, enquanto que 70% acredita que deve condicionar-se ao meio rural, focalizando seus problemas.

Nesse sentido, explicam Manfio e Pacheco (2006, p. 101), que:

A educação do campo deve abranger diferentes capacidades - cognitivas, afetivas, corporais, éticas, estéticas, de inserção social, económica, ambiental e interação ambiental - para isso é preciso contar com profissionais que realmente conheçam o meio rural e suas dimensões. O educador necessita conhecer e compreender a realidade dos jovens e suas famílias deve suscitar neles o interesse e a ousadia de se lançar novos desafios.

Desta forma, a prática educacional deve estar relacionada com a prática social determinada pela direção que toma a sociedade. Pois, somente assim, o processo educativo será integrador, capaz de servir a toda a comunidade.

Através do quarto questionamento endereçado aos professores, procurou-se saber a opinião deste em relação à organização escolar multisseriada.

Gráfico 4 Distribuição da amostra quanto à opinião sobre o entendimento quanto à organização escolar multisseriada

Analisando os dados contidos no Gráfico 4, constata-se que segundo a maioria dos professores que exercem suas funções no meio urbano (50%) a organização escolar multisseriada é uma modalidade positiva porque atende às necessidades do meio rural, em termos de educação. No entanto, 20% consideram como sendo boa, porque barateia os custos com a educação; 10% consideram como sendo improdutiva, porque dificulta o trabalho do professor e este não ensina corretamente e outros 20%, acreditam que para ser produtiva, essa iniciativa depende da capacidade do professor, que nela atua.

Por outro lado, os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, demonstram que 80% acham que a organização escolar multisseriada é improdutiva porque dificulta o trabalho do professor e este não ensina corretamente. Os demais (20%), acreditam que para ser produtiva, a organização escolar multisseriada necessita de professores capacitados.

Na opinião de Aranha (1996, p, 147), a organização escolar multisseriada, “barateia os custos, mas os resultados não são dos melhores. Em todo caso a ideia entusiasma muita gente por algum tempo, também fora da Inglaterra, chegando inclusive no Brasil”.

De acordo com Arroyo (2004, p. 10), "no Brasil e, sobretudo nos Estados do Nordeste, a alta quantidade de turmas multisseriadas apresenta-se com certa predominância". Esta realidade demonstra que a escola no meio rural, até o presente, vem sendo tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. Ademais, "à população do campo foi negado o acesso aos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica" (ARROYO, 2004, p. 10).

Através do último questionamento feito aos professores que participaram da presente pesquisa, procurou-se saber se a nucleação pode ser considerada como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural. Por sua vez, o Gráfico 5 apresenta os resultados colhidos com esse questionamento.

Gráfico 5 - Distribuição da Amostra quanto ao fato se consideram ou não a nucleação como sendo uma alternativa para a melhoria do ensino rural.

Na concepção de 60% dos professores que atuam no meio rural, a nucleação não pode ser considerada como uma alternativa capaz de melhorar o ensino rural. Por outro lado, 70% dos

professores da zona urbana entendem que sim. Dentre estes, os demais (30%) acham que não. E, 40% daqueles que trabalham no meio rural acham que sim.

Historicamente, a educação rural sempre enfrentou problemas estruturais, principalmente, no que diz respeito ao isolamento por que passaram e passam as escolas rurais, onde o número reduzido de alunos impossibilita a manutenção de mais de um professor, gerando uma sala de aula com diversos níveis de idade e aprendizagem: as escolas multisseriadas.

Afirma Scher (1996, p. 19) que:

Como alternativa às classes multisseriadas, originou-se a prática da nucleação, que consiste em agrupar essas pequenas escolas e classes em um prédio central, geralmente situado em uma área mais central entre as fazendas e comunidades. Essa prática se tornou corrente em vários países, dentre eles os Estados Unidos, de onde chegou ao Brasil, na esteira dos acordos assinados entre estes dois países, conhecidos como Acordos MEC/USAID.

Assim sendo, a nucleação se caracteriza por agrupar várias escolas isoladas em uma escola central, a fim de fornecer subsídios adequados para a concretização de uma educação eficiente. A nucleação é um modelo prático, através do qual, pode-se minimizar os problemas estruturais enfrentados pelas escolas do meio rural. Em seu sentido prático, compreende-se que a nucleação proporciona a melhoria da qualidade de ensino e a igualdade de condições para a escola do campo frente à urbana. No entanto, esse processo foi e é criticado, pois retira o aluno camponês do seu ambiente imediato, através de uma rede de transporte formada para conduzi-lo, até o núcleo, padronizando a oferta de educação nos estabelecimentos.

Conclusões

Através da análise do material bibliográfico selecionado para fundamentar a presente produção acadêmica, possibilitou o atualmente, a Educação Rural encontra-se estruturada. No entanto, deve-se registrar que ao longo das últimas décadas essa modalidade de educação passou por diversas etapas e sofreu várias modificações. Esse processo iniciou em 1933, quando se instituiu a Campanha de Alfabetização na Zona Rural, que primava pelo ruralismo pedagógico e era estruturada a partir dos cursos de capacitação para os professores.

No que diz respeito aos dados colhidos na presente pesquisa, estes se mostram conflitantes, de forma que os professores que atuam na zona urbana têm um entendimento bastante divergente das opiniões defendidas pelos professores que promovem a educação no meio rural. Enquanto que os primeiros acham que a educação rural no município de Teixeira-PB caracteriza-se como sendo um processo educativo que não possui uma vinculação com o próprio meio onde se desenvolve, embora se apresentando de forma positiva, os educadores que atuam no meio rural acham que a educação rural no seu município é um processo atrasado.

Por outro lado, os professores que atuam na zona urbana não vêm os que exercem suas funções na zona rural como profissionais qualificados. Entretanto, estes últimos, em quase totalidade se declararam com qualificados para exercerem suas funções. Os dados coletados também demonstraram que a maioria dos professores que exercem suas funções no meio urbano acha que organização escolar multisseriada é uma modalidade positiva porque atende às necessidades do meio rural, em termos de educação e que a nucleação pode ser considerada como uma alternativa capaz de melhorar o ensino rural.

No entanto, quando se analisa os dados colhidos juntos aos professores que exercem suas atividades no meio rural, esses mesmos dados revelam opiniões completamente opostas, o que leva a concluir-se que quem de perto vivencia os problemas relacionados à educação rural conhecem suas dificuldades, sabem de suas limitações e entendem que as propostas até agora apresentadas não trouxeram contribuições positivas ao desenvolvimento dessa modalidade educativa.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2, ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, M. G. **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

CALAZANS, M. J. et al. Políticas educacionais: Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan Diaz (org.). **Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

DEMO, P. **A educação na constituição federal**. São Paulo: Ática, 1997.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAIA, E. M. Educação Rural no Brasil: O que mudou em 60 anos. **Em Aberto**, v. 1, n. 9, p. 27-33, 1982.

MANFIO, E.; PACHECO, L. M. D. Educação para o meio rural: perspectivas atuais de permanência e sustentabilidade. In: WESTPHALEN, Frederico. **Pedagogia em Questão**. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Pedagogia, vol. 3 e 4, n° 3 e 4, 35 - 47, URI, 2006.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

ROMANELLI, O. O. **História da educação: A organização escolar**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SOUZA, C. M. Discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto. **Revista Educação Brasileira**, n. 21, p. 8-14, out.-dez, 2006.